

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
1º semestre de 2019

A CHB - Companhia Hipotecária Brasileira apresenta suas demonstrações financeiras relativas ao encerramento do primeiro semestre de 2019. Neste semestre a CHB concentrou seus esforços na gestão da sua carteira e na recuperação de operações em atraso, não originando novas operações de crédito para sua carteira de crédito e privilegiando a sua liquidez de caixa. Neste período a CHB também efetuou reclassificações na sua carteira de crédito, procurando um aumento no saldo da sua provisão para devedores duvidosos.

Em relação à liquidez da Companhia, a CHB efetuou neste semestre uma captação de longo prazo através de uma emissão de Debenture, utilizando como garantia parte dos imóveis contabilizados como bens não de origem.

Com o aumento do provimento destas operações, a CHB apresentou no encerramento deste período uma insuficiência patrimonial e, por conta desta situação, a CHB vem se concentrando gestão das carteiras de créditos existentes e utilizando sua liquidez no cumprimento das suas obrigações.

Em relação ao cenário aqui exposto, a administração entende necessário comunicar um fato relevante ocorrido após o encerramento do presente semestre, a ação judicial nº 5026-66 2015, 4.055.840-0 mantida pelo juízo de primeiro grau em 14 de agosto de 2018, quando a CHB teve reconhecido o direito ao recebimento do valor de R\$ 18.846 mil, valor este que já se incorporou ao seu patrimônio líquido a partir de agosto presente, revertendo a insuficiência relatada no encerramento do 1º semestre. Deste valor total, R\$ 15.076 mil já foram liquidados e incorporados à liquidez da Companhia.

A administração.

BALANÇO PATRIMONIAL		DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO	
Semestres Fins em 30 de junho		Semestres Fins em 30 de junho	
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
	2019	2018	
ATIVOS	2019	2018	
Circulante	89.383	130.813	
Disponibilidades	933	695	
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	7.474	19.563	
Recursos de Crédito (Nota 5)	49.489	73.018	
Operações de Crédito (Nota 5)	8.288	11.618	
Financiamentos Mobiliários	55.108	66.185	
(-) Provisão para Operações de Crédito	(13.247)	(3.920)	
Outros Créditos e Bens (Nota 6)	16.663	18.472	
Outros Valores e Bens (Nota 6)	14.164	18.165	
Não Circulante	108.475	161.290	
Realizável a Longo Prazo	106.128	158.870	
Operações de Crédito (Nota 7)	18.411	14.000	
Créditos Vinculados	10.400	15.916	
(-) Provisão para Créditos Vinculados	(987)	(1.095)	
Operações de Crédito (Nota 5)	83.557	144.049	
Empréstimos	79.462	42.817	
Financiamentos	27.916	108.439	
(-) Provisão para Operações de Crédito	(23.551)	(7.204)	
Outros Créditos (Nota 6)	1.504	1.504	
Investimentos (Nota 8)	1.504	1.504	
Ações e Cotas	1.504	1.504	
Imobilizado (Nota 9)	841	916	
Imobilizado - Custo	3.300	3.255	
(-) Depreciação Acumulada	(2.459)	(2.339)	
Total do Ativo	197.856	292.103	
PASSIVO E PASSIVO A DESCOBERTO	2019	2018	
Circulante	63.016	106.611	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	52.076	78.106	
Obrigações por emissão de LCI (Nota 10)	50.685	71.243	
CCB	1.391	6.863	
Recursos de Debêntures (Nota 11)	5.100	5.361	
Obrigações por Financiamentos (Nota 12)	5.840	23.144	
Outras Obrigações (Nota 13)	229	212	
Recursos do FOTS	661	538	
Reservas Previdenciárias	4.821	20.923	
Diversas	129	1.416	
Sociais e Estatuárias			
Não Circulante	136.267	167.189	
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	133.247	167.189	
Obrigações por emissão de LCI (Nota 10)	126.765	161.943	
Obrigações por emissão de LF		5.245	
Recursos de Debêntures (Nota 11)	12.522		
Total do Passivo	199.283	273.800	
Passivo a descoberto (Nota 14)	(1.427)	18.303	
Capital Social	18.020	18.020	
Reserva de Capital	1.204	1.204	
Aumento de Lucros	1.373	2.105	
(-) Ações em Reserva	(901)	(1.647)	
(-) Prejuízos acumulados	(21.123)	(1.645)	
Total do Passivo e do Passivo a descoberto	197.856	292.103	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SEMESTRES FINDS EM 30 DE JUNHO

Semestres Fins em 30 de junho		Semestres Fins em 30 de junho		Semestres Fins em 30 de junho	
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)	
Descrição	Capital Social	Aumento Capital	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutárias	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2018	18.020	336	1.769	3.204	16.744
Resultado do 1º semestre				1.559	1.559
Saldos em 30 de junho de 2018	18.020	336	1.769	1.645	18.493
Mutações no período	18.020	462	911	(901)	18.493
Aumento de capital em homologação		1.204			1.204
Resultado do 1º semestre				(21.124)	(21.124)
Saldo em 30 de junho de 2019	18.020	1.204	911	(21.124)	(1.428)
Mutações do período		1.204		(21.124)	(19.920)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. INFORMAÇÕES GERAIS E CONTEXTO OPERACIONAL

A CHB - Companhia Hipotecária Brasileira ("Companhia") é uma instituição financeira de capital fechado autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com operações ativas e passivas relacionadas a crédito, captações de recursos de terceiros e repasses no País de programas sociais.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras são apresentadas, conforme a Lei nº 4.302/2002, sob o regime de custo de aquisição acrescido de rendimentos, no Brasil, ao Plano Contábil das Instituições Financeiras do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Normas Contábeis - CPMI, demais preceitos contábeis, seguindo o modelo de apresentação - CPMI e instruções específicas do Banco Central, bem como as principais práticas contábeis, segundo a natureza das contas.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS APLICADAS NA ELABORAÇÃO DESTAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da CHB são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$ (Reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também a moeda de apresentação.

5.1. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos; **Contingências passivas**: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança.

5.2. **Redução ao valor recuperável de ativos (teste de impairment)** - A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar a necessidade de redução ao valor recuperável. Quando tal evidência é identificada, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

5.3. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos; **Contingências passivas**: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança.

5.4. **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais** - Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não caibam mais recursos; **Contingências passivas**: são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando há evidências de provável risco de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, com o aumento das montantes envolvidos por mensuráveis com suficiente segurança.

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

a) A composição da carteira de crédito por nível de risco é demonstrada como segue:

Nível de Risco	Saldo da Carteira	Saldo da Carteira	2019		2018	
			Provisão Constituída	%	Provisão Constituída	%
AA	1476	0	959	0	0	0
A	69.656	348	0,5	107,20	529	0,5
B	23.601	236	1	59,204	592	1
C	20.966	630	3	32,285	369	3
D	14.933	1.493	10	18,285	1.719	10
E	6.500	1.950	30	6,878	2.063	30
F	2.946	1.273	50	2,966	1.453	50
G	8.599	630	70	516	361	70
H	30.238	30.238	100	3.442	3.442	100
Total	169.505	36.998	229,094	11,127	11,127	

b) As operações de crédito estão compostas a seguir:

	2019	2018
Empréstimos	34.785	54.469
Financiamentos	134.720	174.621
Total	169.505	229.094

c) A movimentação da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa é demonstrada como segue:

	2019	2018
Saldo Inicial	9.112	10.352
Reversões do período	38.124	7.112
Reversões do Período	(10.598)	(6.337)
Saldo Final	36.638	11.127

O total de reversões do semestre de 2019 IR\$ 10.508 mil refere-se essencialmente aos contratos que tiveram recebimentos de parcelas que estavam em atraso, melhorando sua classificação de risco. O efeito da constituição e reversão do período foi R\$ 27.686 mil negativo para o resultado do período em comparação com o montante de créditos recuperados de prejuízo em 2019 foi de R\$ 294 mil IR\$ 0,00 mil em 2018.

d) A composição das operações vendidas e vincendas é apresentada a seguir:

Operações Vendidas	Saldo em 30/06/2019		Participação		Saldo em 30/06/2018		Participação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Até 60 dias	1.674	47%	1.829	57%				
De 61 a 180 dias	934	26%	1.954	34%				
Acima de 180 dias	3.983	27%	247	9%				
Subtotal Operações Vendidas	6.593	100%	2.671	100%				
Operações Vincendas	165.912	100%	226.424	100%				
Até 60 dias	7.815	5%	8.031	4%				
De 61 a 180 dias	25.991	15%	44.385	20%				
Acima de 180 dias	132.106	80%	174.008	77%				
Subtotal Operações Vincendas	165.912	100%	226.424	100%				
Saldo Total da Carteira	169.505		229.094					

6. OUTROS CRÉDITOS E OUTROS VALORES E BENS

Outros créditos estão apresentados a seguir:

Dever por compra de valores e bens	2019		2018	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e contribuições e compensações	370	345		
Subsídio operacional - MCMV	114	124		
Quilantamento - prejuízo fiscal	11.289	13.465		
Remuneração Minha Casa Minha Vida	1.167	1.244		
Contratos Em Cessão	3.594	3.174		
Total	16.683	4.158	18.472	

Os valores de outros valores e bens estão apresentados a seguir:

	2019	2018
Bens não de uso próprio	11.856	14.581
Imóveis Habitacionais	1.396	15.764
Imóveis Habitacionais	12.566	-
(-) Provisões de perdas - Imóveis Habitacionais	(1.910)	-
(-) Provisões de perdas - para valores e bens	(156)	(1.183)
Desajuste na emissão de LCI	2.308	3.584
Total circulante outros valores e bens	14.164	18.165

Em Função das ações de cobrança e recuperação de crédito, os valores de imóveis representam garantias executadas e adjudicadas a recuperação no período.

7. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Constituída essencialmente de contratos levados ao FCVS (Fundo de Compensação das Variações Salariais), requerendo o recebimento de recursos de terceiros para a liquidação de créditos e pagamentos mensalmente pelo índice de correção da poupança, para posterior novação e transformação em CVS.

Os valores são apresentados a seguir:

	2019	2018
Créditos vinculados	19.400	15.916
(-) Provisão para perdas com créditos vinculados	(587)	(1.095)
Total	18.813	14.821

Durante o primeiro semestre de 2019, a CHB procedeu a atualização da carteira do FCVS providenciando a atualização de créditos e pagamentos novos e os homologados a partir dos títulos que não estavam habilitados ou homologados. Conseqüentemente, foi realizado a atuação dos créditos vinculados destes contratos e feito a atualização das estimativas de provisão para perdas.

8. INVESTIMENTOS

O investimento em instrumento na Companhia Brasileira de Securitização - CIBRASEC, constituída em 31 de julho de 1997 com objetivo de atuar na securitização de créditos hipotecários e de operações imobiliárias. O investimento na mesma está avaliado pelo método do custo de aquisição.

	2019	2018
Certificados de depósito bancário	447	425
Cotas de Fundo de Investimento em Valores Mobiliários	963	-
Cota de Fundo Renda Fixa	963	-
CHB FIM Crédito Privado	7.063	19.137
Total títulos e valores mobiliários	8.473	19.563



COMPANHIA HIPOTECÁRIA BRASILEIRA S/A

CNPJ Nº 10.694.628/0001-98

9. IMOBILIZADO

	Edificações	Móveis e Equipamentos	Sistema de Process. Dados	Veículos	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2018						
Custo	1.817	706	520	167	31	3.242
Depreciação acumulada	(1.079)	(567)	(454)	(144)	(31)	(2.275)
Saldo contábil líquido	739	139	66	24	-	967
Em 30 de junho de 2018						
Saldo Inicial	739	139	66	24	-	967
Aquisições	1	(1)	2	-	-	14
Depreciação	(56)	(11)	(13)	(3)	-	(65)
Saldo contábil líquido	704	117	55	21	-	916
Em 30 de junho de 2019						
Custo	1.818	717	522	167	31	3.256
Depreciação acumulada	(1.114)	(580)	(467)	(146)	(31)	(2.339)
Saldo contábil líquido	704	137	155	21	-	916
Em 1º de janeiro de 2019						
Custo	1.818	717	523	167	31	3.286
Depreciação acumulada	(1.150)	(592)	(479)	(149)	(31)	(2.401)
Saldo contábil líquido	668	125	74	18	-	885
Em 30 de junho de 2019						
Saldo Inicial	668	125	74	18	-	885
Aquisições	-	-	14	-	-	885
Depreciação	(56)	(9)	(9)	(3)	-	(57)
Saldo contábil líquido	632	116	79	15	-	841
Em 30 de junho de 2019						
Custo	1.818	717	567	167	31	3.301
Depreciação acumulada	(1.185)	(600)	(491)	(152)	(31)	(2.459)
Saldo contábil líquido	633	117	176	15	-	842

Os imóveis registrados na rubrica edificações foram dados em garantia a emissão de Debêntures conforme nota 11. As taxas de depreciação utilizadas são apresentadas a seguir:

	% depreciação
Edificações	4%
Móveis e Equipamentos	20%
Sistema de Processamento de Dados	20%
Veículos	20%
Outros	10%

10. RECURSOS DE LETRAS IMOBILIÁRIAS

Representam as captações oriundas de emissões de Letras de Crédito Imobiliário -LCI e Letras Financeiras -LF, as quais se encontram custodiadas na Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP

	2019	2018
Circulante	50.685	71.242
Não circulante	123.745	161.943
Total	174.430	233.185

11. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS - RECURSOS DE DEBÊNTURES

Saldos representados por saldo devedor primeira emissão de 15.000 (quinze mil) debêntures não convertíveis em ações, da espécie quilôvária, a ser emitida em espécie com garantia adicional fidejussória, colocação privada, emitida em 09 de abril de 2019, valor nominal de R\$ 1 mil. As debêntures serão inscritas pela debenturista/secriturizadora, que emitirá 01 (uma) Cédula de Crédito Imobiliário Integral (CCI), que servirá de lastro para a operação de securitização. Serão emitidos pela securitizadora Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) com lastro nos créditos imobiliários. As debêntures são garantidas por imóveis classificados em bens não de uso próprio (nota 6) e imóvel situado no Edifício Cidade do Natal que funilha a sede matriz da instituição. A remuneração será composta equivalente à variação acumulada equivalente a 100% das taxas médias da Taxa DI, incidente sobre o saldo nominal unitário, e tem como pagamento mensal. A amortização antecipadamente poderá ocorrer obrigatoriamente na hipótese de alienação dos imóveis dado em garantia pela emissão de debêntures, e facultativa amortização parcial a partir de 6º mês contado da data de emissão, com o pagamento de prêmio de 2% do saldo devedor amortizado. Os fluxos de amortização estão previstos nos seguintes prazos e percentuais: 09/04/2020 - 10% do saldo; 09/04/2021 - 16,67% do saldo; 08/04/2020 - 20% do saldo; como prazo final 06 de abril de 2023 - 100% amortizado. Para 30 de junho de 2019 apresenta o saldo devedor no passivo circulante o montante de R\$ 1.391 mil correspondente ao saldo líquido a ser amortizado em 09/04/2020 e o passivo não circulante em R\$ 12.522 mil, totalizando R\$ 13.914 mil.

12. OBRIGAÇÕES POR FINANCIAMENTOS

Os valores de obrigações por financiamentos são relativos ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e Programas de Subsídios ao Imobiliário (PSI), conforme detalhado.

Programa Minha Casa Minha Vida

	2019	2018
Circulante		
Diversos municípios	5.100	5.361
Total	5.100	5.361

Correspondente aos leilões (MCMV II e (MCMV III) para municípios com até 50.000 (cinquenta mil habitantes) regidos pelas portarias interministeriais nºs 484/2009, 547/2011 homologadas pelas portarias SNIH/MC 532/2009 e 235/2012 respectivamente com prazo de médio de duração das obras entre 12 a 18 meses. Depois de firmados os contratos de construção pelas prefeituras ficam sob a responsabilidade da CHB a gestão dos recursos e repasses aos construtores, efetuados mediante a apresentação dos relatórios de medição e fiscalização das obras.

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os valores são apresentados a seguir:

	2019	2018
Circulante		
Recursos do FGTS a liberar	229	212
Fiscais e Previdenciárias	661	593
Sociais e Estatutárias	129	1.416
Diversas	4.596	22.340
Total	5.815	23.145

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - O capital social está representado por 19.224 (dezenove milhões e duzentos e vinte e quatro mil reais), que são 18,020 (dezoito milhões e 20 mil reais) em ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1 (um) real cada, totalmente subscritas e integralizadas e 1.204 (um milhão, duzentos e quatro mil) para aumento de capital em processo de homologação pelo Banco Central. **b) Distribuição de dividendos obrigatórios** - O Estatuto Social estabelece dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre lucro líquido de cada ano nos termos da legislação societária, sendo que, a companhia optou em não distribuir dividendos neste semestre, devido a absorção de prejuízos acumulados. **c) Reserva legal** - A companhia deve destinar 5% do lucro líquido de cada exercício social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital social. **d) Ações em tesouraria** - A companhia no exercício de 2018 realizou compra de 450.500 ações de titularidade de acionista minoritário para manutenção em Tesouraria, realizada conforme a Lei nº 6.042/76. Ao final do primeiro semestre de 2019 a Companhia

mantém o saldo de R\$ 901 mil referente a Ações em Tesouraria.

15. RECITA DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

Resultado com operações de crédito estão compostos da seguinte forma:

	2019	2018
Rendas de empréstimos	2.411	1.573
Rendas de financiamentos	15	629
Rendas de financiamentos emp. imob.	256	123
Rendas de financiamentos habitacionais	8.892	14.000
Total	11.041	20.058

O resultado com aplicações financeiras de Títulos e Valores Mobiliários no ano foi de R\$ 286 mil (R\$ 444 mil em 2018).

16. DESPESAS COM PESSOAL

As despesas com pessoal são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Honorários administração	179	187
Proventos	1.094	1.038
Encargos sociais	391	404
Benefícios	16	19
Total	1.720	1.701

17. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas são apresentadas a seguir:

	2019	2018
Serviço técnico especializado	1.459	1.500
Propaganda e publicidade	43	40
Viagem no país	41	43
Processamento de dados	356	33
Comunicação	36	40
Aluguel	29	27
Transportes	219	127
Serviços financeiros	142	61
Outros de terceiros	24	65
Depreciação e Amortização	65	61
Outras desp. Administrativas	1.824	916
Total despesas administrativas	3.986	3.131

18. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas

	2019	2018
Rendas de participações societárias avaliadas pelo custo	39	113
Reversão de provisões de outros créditos e valores	1.417	68
Receitas na venda de bens não de uso próprio	5.666	17
Rendas por extinção de Letras Financeiras subordinadas	1.811	-
Rendas com FCVS	3.003	-
Rendas por receitas	14.990	658
Outras despesas	(3.111)	(1.425)
Provisão Bens Não de Uso	(2.106)	-
Provisão para outros créditos	(987)	-
Outras despesas operacionais	(319)	(1.425)
Total	10.016	(569)

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado e estão representadas por:

	2019	2018
Valores pagos no ano:		
Diretores/Acionistas	240	289
Valores em aberto a pagar no ano:		
Diretores/Acionistas	209	289

20. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Durante o semestre, foram pagos aos membros do Conselho de Administração e Diretores, o montante de R\$ 179 mil (R\$ 187 mil em 2018).

21. PASSIVOS CONTINGENTES

Os contingentes são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 aprovado pela Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009. Os processos administrativos e judiciais em que a CHB figura como "autor" ou "ré", são amparados na opinião dos assessores jurídicos que classifica as ações de acordo com a expectativa de perda a Companhia, considerando a natureza das ações, sua similaridade com processos anteriores, sua complexidade, jurisprudência aplicável e fase processual, os processos são classificados em três categorias de risco de saída financeira para a Instituição, Possível, Provável e Remota. Para o semestre findo em 30 de junho de 2019, de acordo com as informações da Assessoria Jurídica existem processos diversos com prognósticos de perda possível, no qual não necessitam de reconhecimento no passivo da CHB, sendo requerido pelo CPC 25 apenas sua divulgação em notas explicativas, que somam a importância de R\$ 16.992 mil (R\$ 14.530 mil, 2018), em sua totalidade com ações trabalhistas e ações civis.

22. ÍNDICE DE BASILEIA

A CHB encontra-se com o Índice de Basileia inferior ao previsto na Resolução CMN nº 4.193/2013 que trata acerca dos Requisitos Mínimos de Patrimônio de Referência. Dentro do contexto regulamentar que a Companhia está inserida, deve-se manter um patrimônio líquido compatível com o grau de risco de seus ativos pondera-

dos, por fatores que variam de 0% a 300% e um índice mínimo de 8% de patrimônio em relação aos ativos ponderados pelo risco, este índice no primeiro semestre de 2019 apresentou um nível de -3,19%. A variação nos indicadores de Patrimônio de Referência ocorreu devido ao rebalçamento do rating de contratos, somado com as demais apropriações de provisão sobre perdas de crédito (PDD), perzando o valor total R\$ 36.798 mil. Portanto, a composição do PR Totalizado em relação aos ativos ponderados pelas Letras Financeiras Subordinadas que anteriormente compunham Capital Complementar de Nível II, foram extintas, conforme Nota Explicativa 23.

23. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS

Os procedimentos e normas relacionadas às estruturas de Gerenciamento de riscos de crédito, de mercado e de liquidez tem suas respectivas políticas delineadas pela Administração da Companhia Hipotecária Brasileira. **Gerenciamento de Risco de Crédito** - Visando a mitigação do risco de Crédito, a Companhia atua continuamente no acompanhamento dos processos de ativos e passivos de crédito, nos aprimoramentos, aferição e acompanhamento, da concessão e recuperação de crédito. Conhecer os critérios de ponderação dos ativos, proporcionar à CHB mensurar a qualidade e custo do seu capital quando da efetivação das operações de crédito, permitindo assim, dimensionar o risco em face do patrimônio requerido. A Resolução CMN nº 4.557/2017, trata como crédito problemático o que está em situação de atraso há mais de noventa dias, a CHB adota uma postura mais conservadora perante os índices de que as obrigações não serão integralmente pagas. Quando em forma, o crédito é considerado problemático quando em atraso há mais de sessenta dias. **Gerenciamento de Risco Operacional** - No ano de 2019, a Companhia deu continuidade aos esforços para fortalecimento do seu ambiente de controles internos. Assim, a prevenção a fraudes internas e externas, as ações de controle e implementação para regular o funcionamento dos sistemas informatizados, são objetivos permanentes da Administração. Conforme a Circular CMN nº 3.540, de 4 de março de 2015, o cálculo das parcelas dos ativos ponderados pelo risco (RWA) relativo ao cálculo do capital requerido para o risco operacional mediante abordagem padronizada, deve ser efetuado com base em uma das metodologias abordadas por força desta Circular, na CHB a metodologia adotada é a Abordagem do Indicador Básico. **Gerenciamento de Risco de Mercado** - tendo como base de atuação, a concessão de crédito e a captação de recursos via LCI, a gestão de Risco de Mercado na CHB busca mitigar a possibilidade de atrasos de operações de oscilação de taxa, descaptação de prazos e indexadores, das carteiras ativa e passiva, além da execução dos testes de estresse. **Gerenciamento de Risco de Capital** - Para o semestre findo em 30 de junho de 2019 a Diretoria da Instituição estabeleceu mecanismos e procedimentos para a manutenção de Capital, considerando valores do Nível I e II e os limites Mínimos de Capital Realizado e Patrimônio líquido requeridos pelo Resolução nº 4.193/2013 do Banco Central do Brasil, conforme Art. 20 da Resolução 4.192, os instrumentos elegíveis ao Capital Complementar de nível II, devem previr, como um dos requisitos para emissão, a extinção ou conversão em ações, do saldo emitido.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES AO ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Em 22 de junho de 2019, a Companhia optou por extinguir as Letras Financeiras Subordinadas, que compunham o Patrimônio de Referência, tendo em vista a cláusula prevista no título. Esta foi uma das estratégias escolhidas para minimizar as consequências patrimoniais devido ao rebalçamento de rating da carteira de crédito, citada no item Explicativa 22. Considerando o cálculo atualizado da Companhia, seus acionistas optaram em integralizar o saldo de Juros sobre Capital Próprio, convertendo o saldo passivo, em Reserva de Capital no montante de R\$ 1.203.793, buscando demonstrar o seu comprometimento na recuperação do Patrimônio da Instituição. Por fim, no contexto do gerenciamento contínuo e integrado do capital, a CHB vem atuando junto ao acompanhamento aos limites de capital e esta ação busca fazer face aos riscos aos quais está exposta, conforme Declaração de Appetite por Riscos.

25. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E DA GOVERNANÇA PELA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

A administração e o Conselho de Administração são responsáveis pela demonstração financeira de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determina para assegurar a confiabilidade da elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com essas condições operacionais e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que a demonstração financeira esteja livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstrações financeiras livres de distorção relevante. Independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, incluindo procedimentos de amostragem, nos permitiria identificar distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões tomadas pelos usuários das demonstr